Política do nordeste e norte do Brasil 1889 - 1914

DUARTE JÚNIOR(*)

A República do Brasil, como outras democracias temporãs que vingaram no hemisfério, consoante tem anotado historiadores e sociólogos naturais e estrangeiros, sofreu e continua sofrendo, os efeitos de sua imaturidade.

A ideologia missionada pelos Silva Jardim, Benjamim Constant, Lopes Trovão, Patrocínio, Nabuco, Rui, Bocaiúva e outros iluminados dos círculos da Enciclopédia, não penetrava as subcorrentes da alma do povo, incapaz, àquele tempo, de perceber e de cimentar o sonho dos visionários.

Foi o que aconteceu, por igual, nos pampas da Argentina, nas montanhas da Bolívia e do Paraguai, nos desertos do Peru, e do Chile, nas ilhas do Equador e nas oleosas terras da Venezuela, onde não encontrou clima favorável o credo republicano, haurido da literatura liberal e positivista da França, pelos Bartolomeu Mitre, San Martin, Belgrano, Pellegrini, Monteagudo, Sarmiento e outros.

O venezuelano Simon Bolivar, o gênio militar e herói da independência sul-americana, desiludido dos seus coevos, exclamou que três gerações bastariam para definição da obra dos libertadores.

O credo dos Cavaleiros andantes da liberdade degenerava no cesarismo dos Cipriano Castro, Rosas, Lopez, Francia, Aguirre, Juan Vicente Gomez, Jorge Ubico, Martinez, Léguia, Porfirio Diaz, Samosa, Fulgêncio Batista, Fidel Castro e muitos outros, de quem foram exemplares, no Brasil, Getúlio Vargas e João Goulart, o que não impede se possa afirmar venha sendo o nosso País o mais

---

(*) Ex-Deputado Estadual

democrata da América Latina, com exceção do Uruguai e da minúscula Costa Rica.

Ainda assim, pode-se dizer que, em determinados períodos de nossa vida pública, os Estados, Províncias e Departamentos das Nações vizinhas não suplantavam em desorganização administrativa, banditismo político e impunidade, os Estados e Territórios de nossa Federação.

Autônomos, constitucionalmente, os Estados do Norte do Brasil, caíram ao despontar da República sob o jugo de oligarquias retrógradas que transformaram os Municípios em valhacoutos de cangaceiros, esteio da política partidária dos chefes locais.

Oligarquisavam o Ceará Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioly, a Paraíba Monsenhor Valfredo Leal e doutores João Machado e Felizardo Leite, R.G. do Norte o senador (10 secretários do Senado) Joaquim Ferreira Chaves, Pernambuco Dr. Rosa e Silva, Alagoas os irmãos doutores Paulo e Euclides Malta, a Bahia doutores José Marcelino e Araújo Pinho, o Piauí Dr. Pires Ferreira, o Maranhão doutor Artur Lemos e o Amazonas Silvério Néri.

O Dr. Nogueira Acioly, nascido no Icó em 11 de outubro de 1840, filho do casal Tenente-Coronel José Pinto Nogueira e dona Antônia Pinto Nogueira, integrava numerosa e influente família da antiga Província do Ceará – instituída pela Lei de 20 de outubro de 1823.

Bacharelado em Recife a 25 de novembro de 1864, foi nomeado Promotor de sua terra natal, cargo que, mais tarde, ocupou na terra do Barão Fernandes Vieira – o velho e decadente Saboeiro do sertão dos Inhamuns – passando a exercer, seguidamente as funções de juiz em Baturité e Fortaleza.

A magistratura, porém, não era a rota da sua vocação. Político por temperamento sonho de grandeza e outros fatores psicológicos, estava ele fadado ao posto de líder da pátria inditosa por Martins Soares Moreno.

Estrelou com um mandato na Câmara dos Deputados Gerais, em 1880, obtendo, ao apagar das luzes do Império – 1889 – uma cadeira de Senador, que não chegou a ocupar em face da queda da Coroa.

Antes, em 1884, havia recusado a Presidência da Província do Estado de Espírito Santo, por sentir, talvez, com a visão do seu dom profético, que sua estrela se apagaria na terra capixaba.

Como recorde de habilidade e capacidade de aclimação política, evoluiu, sem empenho, e sem impacto, da Monarquia à República.

Deposto o Presidente Gen. Clarindo de Queiroz pelos alunos da Escola Militar e forças federais aquarteladas em Fortaleza a 17 de fevereiro de 1892, precisamente no Governo do Marechal de Ferro, assumiu o Dr. Nogueira Acioly a Presidência do Congresso Estadual de onde ascendeu ao Senado da República, cumulativamente com a Vice-Presidência do Estado.

É escusado dizer que em todas as posições que desfrutou durante mais de vinte anos, no Império e na República – na Câmara dos Deputados Gerais, no Congresso Estadual, no Senado, na Presidência do Estado em três legislaturas, a partir de 1904, esteve sempre as rédeas da chefia do seu partido, de correligionários e familiares, obedientes ao *mot d'ordre* do seu comando.

Presidente do Estado, era seu filho Dr. José Acioly, ao mesmo tempo Vice-Presidente e Secretário do Interior e Justiça, seguindo-se-lhe na 2ª e 3ª Vice-Presidência os seus favoritos Antônio Frederico de Carvalho Mota e Belizário Cícero Alexandrino.

No Senado tinha assento o seu genro Dr. Francisco Sá e o seu irmão de naipe Dr. Pedro Augusto Borges.

Na Assembléia Estadual figuravam o seu filho Dr. Benjamim Acioly e seu genro Dr. Raimundo Borges, Cel. Guilherme César Rocha, Antônio Pinto Nogueira, Jovino Pinto Nogueira, José Pinto, Monsenhor Vicente Pinto, Cel. Belizário Cícero Alexandrino, Cel. Tibúrcio Gonçalves de Paula, Cel. Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro e muitos outros do rancho oligárquico. Era, aquele tempo, de trinta o número de licurgos de que se compunha a "Dieta" aciolina. E dizemos aciolina porque, virtualmente, não havia oposição ao governo do tetrarca cearense.

Cativas as cadeiras, os seus ocupantes eram eleitos e reeleitos pelo sistema das atas feitas a bico de pena, sem despesa e sem disputa.

Era, ainda, o Dr. Nogueira Acioly, Diretor da Faculdade de Direito e Professor catedrático em disponibilidade, sendo Professores da "Salamanca" os drs. Tomaz Acioly, Antônio Acioly e outros de sua "Bandeira", os quais, por Decretos de 2 de janeiro de 1891, 3 de dezembro de 1892, 7 de dezembro de 1894, 30 de outubro de 1895 e 1º de janeiro de 1901, receberam o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais.

Integravam, ainda, o corpo docente do Liceu os drs. José Acioly (Francês), Benjamin Acioly (Astronomia), Francisco Borges (História), Gracho Cardoso (História Geral), Guilherme Rocha (Inglês), Artur Borges (História do Brasil), e, na Escola Normal, entre outros, como Professor de Português e Literatura, figurava o Dr. Tomaz Acioly.

Ocupava também, o Dr. Antônio Acioly Filho, o cargo de advogado da Câmara Municipal de Fortaleza e, de médico da mesma entidade, o Dr. José Pinto Nogueira.

Com esta imprecisa resenha queremos mostrar, não apenas quanto de poder discricionário enfeixavam os oligarcas na vida política do País, como também a sua ausência de educação republicana.

A oligarquia era, outrossim, acusada, durante sua gestão, pelo jornalista João Brígido, de atos de desonestidade, de uma série de peculatos. "Os Acioly, diz Rodolfo Teófilo, eram pobres, com os bens hipotecados a Boris Fréres e anos depois estavam todos ricos"...

Eram, aliás, no País, aquele tempo, diferentes os padrões de comportamento dos administradores da coisa pública.

Não havia o descaramento que passou a campear desde 1938. Enquanto evoluímos da tração animal para o ciclo da eletricidade, do petróleo e do átomo, inovaríamos, paralelamente, nas áreas da moral e do civismo, em marcha desabalada.

Nos Municípios cearenses, voltando à era oligárquica, os intendentes nomeados de acordo com a lei 764 de 12 de agosto de 1904, eram, com honrosas exceções, chefes de cangaço, ignorantes e perversos.

Não querendo grafar os nomes de todos eles, passamos a anotar os do Sul do Estado: Icó – Cel. Jovino Pinto Nogueira; Iguatu – Cel. Belizário Cícero Alexandrino; S. Mateus (Jucás) – Cel. José Leal; Várzea Alegre – José Raimundo Nonato; Lavras – Cel. Gustavo Augusto Lima; Aurora – Antônio Leite Teixeira Neto; Milagres – José Inácio do Barro; Missão Velha – Cel. Antônio Joaquim de Santana; Brejo Santo – Cel. Manoel Chicote; Porteiras – Cel. Raimundo Cardoso; Jardim - Izidro Rocha; Barbalha – Cel. João Raimundo de Macedo; Juazeiro – Padre Cícero Romão Batista; Crato – Cel. Antônio Luís Alves Pequeno; São Pedro (Caririaçu) – José Monteiro da Silva; Quixadá (Farias Brito) – Cel. José Alves Pimentel; Santana – Cel. Roque Pereira de Alencar; Assaré – Pedro Tamiarana; Araripe – Miguel Arrais Sobrinho; Campos Sales – Tiburtino Bento de Sousa; Saboeiro – Cap. Antônio Domingues Ribeiro; Tauá – Cel. Lourenço Feitosa.

Ainda não pode ser feita a crônica do banditismo em nossos sertões, desses degenerados da história que avermelhavam a paisagem com o sangue de suas vítimas, desses monstros que podem ser vistos através dos tipos estudados por Lombroso, Ferri, Gabriel Tarde, Myra y Lopez, Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Hélio Gomes e outros em seus tratados de especialização psicopatológica.

Feras em forma humana, os cangaceiros não se encontravam nas estepes e florestas como os tigres, lobos e outros canídeos e felinos, mas nas cidades, com plena liberdade de acometer contra a vida, a propriedade e demais direitos dos habitantes deste pedaço do Nordeste, o desertão largado de Deus e dos homens, de que falava o Pe. ANTONIO VIEIRA.

Ao tempo das oligarquias as hordas de cangaceiros não eram nômades, porque não tinham implicações com as polícias com as quais se emparceiravam sob as ordens dos Intendentes. Estes chegavam a utilizar tão estranho material na formação de "guardas locais", destinados menos à preservação da ordem pública do que ao massacre dos adversários políticos.

Tais corpos de paisanos eram criados por leis das Câmaras de Vereadores e pagos pelos cofres da Municipalidade, em termos de verdadeira oficialização do cangaço.

Não era, porém, o banditismo um privilégio nosso, mas uma espécie de mazela endêmica naqueles tempos.

O câmbio de sua selvageria estava ao par com o dos Municípios de outros Estados irmãos.

Era o mesmo clima do Pajeú, Exu, Limoeiro, em Pernambuco; Piancó, Conceição, Princesa, na Paraíba; Baixa Verde, Pau dos Ferros no R.G. do Norte; Vale do Gurgueia no Piauí; Baixo Mearim no Maranhão; e em todos os sertões de Goiás, inclusive na própria Bahia, no Município de Lençóis, de Horácio de Matos.

A região que produziu fenômenos como Rui, Epitácio Pessoa, José Américo, Juarez Távora, Agamenon Magalhães, Assis Chateaubriand, sem falar nos mais antigos, não se envergonha de haver produzido monstros como Antônio Silvino, Lampião, Sebastião Pereira, Luís Padre e inúmeros outros que, durante longos anos, enfrentaram as polícias de seis Estados, notadamente nos governos de Moreirinha (Ceará), Lamartine (R. G. do Norte), Suassuna (Paraíba), Estácio Coimbra (Pernambuco), Costa Rego (Alagoas) e Gois Calmon (Bahia).

Foi, precisamente, nessa época, que Lampião veio a Juazeiro com o seu Grupo de 44 bandidos, em que se destacavam Antônio Ferreira, Sabino, Bom de Vera, Maçarico, Jurema, Novoeiro, Juriti, Moreno, Coqueiro, Criança, Gato, Cobra Verde e outras feras. Veio a convite para integrar uma expedição de combate à "coluna Prestes", sendo enganado com uma patente de Capitão, lavrada por um funcionário da Agricultura que se encontrava em casa do Padre Cícero – Pedro Albuquerque Uchôa, no dia 4 de março de 1926.

As cidades do Cariri, ao tempo da oligarquia, eram enfeitadas por grupos de cangaceiros que passavam a sua fereza, exibindo, "grande chapéu de couro, quebrado adiante e atrás, meio a Napoleão, de longo barbicacho à testa, alparcatas de rabicho, lenço encarnado ao pescoço, arma longa e curta, cartucheira e punhal", retrato este pintado por Xavier de Oliveira.

Em Barbalha, por exemplo, destacava-se o grupo dos "Pacientes" que, de uma só vez, mataram quatro boiadeiros para roubar, no lugar "Catespéra", a alguns quilômetros da cidade.

Em Crato, contavam-se entre outros os nomes famosos de José Dourado, José da Lenha, Mouco, Boinho, não sendo possível arrolar os nomes de todos que serviram no combate e deposição do Intendente José Belém de Figueiredo.

Em Milagres, o Grupo dos Gomes de "Lagoa Cercada", autores do ataque, saque e incêndio de casas comerciais da cidade de Aurora, era o mais importante pelo seu elevado padrão de periculosidade.

Em Brejo Santo não era inferior a cifra de malfeitores, destacando-se os nomes de José Jacaré e Róseo Morais, acusados de autoria material da morte do inolvidável cearense, Delmiro Gouveia.

Em Porteiras o cangaço era praticado pela "aristocracia". Comerciantes e agricultores defrontavam-se em lutas sangrentas. O heroísmo e a que Quintiliano Saldanha chamou de heroísmo criminal, de que foram portadores Chico Chicote, Sinhô Salviano, Jacú Cardoso, João Basílio, daria livros do tipo dos que escreveram Edgard Wallace, Johny Cooper, Armitage Trail, Ponson de Terraill, Chico Senhô, Jacú e João, eram brancos, ricos e pertenciam à "nobreza" da região.

Em outra fase da política cearense, em 2 de fevereiro de 1927, Chico Chicote morreu lutando contra numerosa força policial do Ceará, Pernambuco e Paraíba, abrindo um claro nas fileiras dos sitiantes de mais de trinta homens.

Ganhou tal dimensão o banditismo ao tempo da oligarquia, que os chefes situcionistas passaram a desafinar entre si, agredindo-se mutuamente, com a violência de aldeias selvagens.

Caíram ao fragor dos tiroteios os Intendentes de Missão Velha – Róseo Jamacarú; de Crato – José Belém de Figueiredo; de Barbalha – Manuel Ribeiro da Costa; de Aurora – Antônio Leite Teixeira; de Lavras – Honório Lima; de Campos Sales – José Maria; de Araripe – Antônio Matias; de Porteiras – Raimundo Cardoso dos Santos.

Deposto Intendente, os amotinados telegrafam ao Presidente Acioly que, "atendendo à solicitação do povo vitorioso" nomeava substituto ao amigo vencido, recaindo a escolha no mais graduado dos "brigands", a quem passava a dispensar todo o carinho de sua política paternalista.

Como, porém, nesse terreno, "muita volta tem dado a fatal roda", em 1912 o então Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, prestigiou discretamente um movimento popular que irrompeu em Fortaleza contra o "Babaquara" e que terminou pela sua renúncia em 24 de janeiro daquele ano, sendo substituído em caráter de emergência, pelo 3. Vice Cel. Antônio Frederico Carvalho Mota.

Na evasão o Dr. Acioly teve assassinado o seu filho, Dr. Antônio Acioly, a bordo do navio em que viajavam para o Rio, no porto de Natal, o qual morreu em seu lugar por erro de alvo-aberratio? crime praticado pelo seu tresloucado inimigo Antônio Clementino, também abatido em represália, na mesma ocasião, pelo Capitão Alfredo Nunes Weine, ex-Diretor da Escola Regional de Polícia.

Não foi somente no Ceará que a oligarquia se processou à mão armada.

Na "Roma" brasileira o governo do Marechal decretou intervenção para garantia da posse do Dr. J. Seabra, permitindo se cometesse funesto atentado. O fogo de artilharia do Forte do Mar, entre outros edifícios, destruiu a velha Biblioteca Pública, considerada das mais ricas do continente, o que teve lugar em fins de 1912.

A esse tempo flamejava a pena de Rui em artigos que o celebrizaram como jornalista, contra Seabra, sob as epígrafes de "Cara de Bronze", "Caim" e outros rótulos semelhantes.

A oligarquia dos irmãos Paulo e Euclides Malta, em Alagoas, que se havia implantado depois do governo do Dr. Manoel Duarte, nos idos de 1901, também desabou a golpes de força e sob a maldição da terra dos Marechais, na mesma era de 1912.

Pior do que as outras, agravando a pobreza do Estado que não se sabe se já acabou de resgatar as dívidas contraídas na Europa em aludido período. Isso, aliás, não impediu tenha sido a progressista cidade de Maceió, a primeira no Brasil a implantar os serviços de telefones automáticos.

Em Pernambuco, o velho oligarca Dr. Dosa e Silva, que ali dominava desde a Monarquia, foi substituído pelo General Dantas Barreto que deixou a Pasta da Guerra, assumindo a Presidência do

Leão do Norte em 1911. Membro da Academia de Letras, o Gen. Dantas, entre outras deixou "A Destruição de Canudos" e "Expedição a Mato Grosso". Em seu governo foi assassinado o famoso jornalista CHACON, fato que sacudiu toda a imprensa do País.

A terra potiguar não foi atingida pela "derribada".

Vetado o nome de Leônidas da Fonseca, sugerido pelo rio-grandense do Norte Cap. J. da Penha, foi mandado para a Presidência daquele Estado o Senhor Ferreira Chaves, destacado prócer do partido de Pinheiro Machado.

Na Paraíba sucedeu ao Dr. João Machado, o Dr. Castro Pinto que, para sua escolha, submeteu-se a um acordo com o velho oligarca Monsenhor Valfredo Leal, vice-presidente do Partido Republicano Conservador.

Os dois chefes paraibanos – Valfredo Leal e Epitácio Pessoa – dizem as crônicas da terra de Assis Chateaubriand, temendo conseqüências desastrosas, armaram uma ponte entre as duas correntes com a candidatura Castro Pinto, acordo firmado no Catete perante o Presidente Hermes da Fonseca e o seu Ministro do Interior Rivadávia Correia.

Para a Presidência do Ceará, em caráter definitivo, foi eleito o Cel. Dr. Marcos Franco Rabelo que, deixando a chefia do Serviço do Estado Maior 1ª Região Militar, em fevereiro de 1912, tomou posse em 14 de julho do mesmo ano e esse tempo com a idade de 51 anos.

Militar de inconfundível categoria, oficial superior e bacharel em ciências físicas e matemáticas, era ele filho de Fortaleza, onde nasce em 1861. Cadete no 15º Batalhão de Infantaria, matriculou-se na Escola Militar do Rio, em 1880, sendo nomeado Alferes em 1884, ano em que terminou o curso, sendo confirmado ao Posto de 2º tenente em 1885. Concluindo o curso de engenharia em 1886, passou a servir em Belém, Manaus e Fortaleza. Nomeado professor de engenharia da Escola superior em 1890, obteve a sua transferência para a Escola Militar do Ceará, onde serviu até a sua extinção, em 1897, quando foi nomeado professor da Escola Preparatória de tática do Realengo. Em 1908 foi promovido a Tenente-Coronel, tendo, em 1910, ocupado a chefia de Estatística da

Central do Brasil, sendo no ano seguinte – 1911 – nomeado chefe do Serviço do Estado-Maior da 1ª Região Militar, função que deixou em fevereiro de 1912, para ser eleito Presidente do Ceará, cargo que assumiu, como ficou dito, em 1º de julho daquele ano.

A sua candidatura foi levantada no Catete com a colaboração do brilhante advogado e jornalista Dr. Belisário Fernandes da Silva Távora, então chefe de Polícia do Distrito Federal.

O Marechal Hermes havia estreado, dando ao seu governo um colorido militarista, talvez como revide à campanha civilista de RUI BARBOSA, o atleta da Conferência da Paz, juiz – o mais votado – da Corte Permanente de Justiça Internacional, ex-Ministro e sub-Chefe do Governo do seu tio Marechal Deodoro da Fonseca.

Vale ressaltar, voltando a falar da Paraíba, que o Presidente Castro Pinto se manteve leal ao Mons. Valfredo somente enquanto o Marechal permaneceu no Catete, colocando-se depois extensivamente ao lado de Epitácio e contra o velho oligarca paraibano, chegando ao extremo de renunciar o mandato a entregar a Presidência ao irmão deste, o Vice-Presidente Dr. Antônio Pessoa que, dentro de poucos dias montou a máquina epitacista. Em uma só Portaria que se tornou célebre, alijou mais de sessenta correligionários do Mons. Valfredo, o que significa que a queda da oligarquia na Paraíba ocorreu no Governo Venceslau Braz.

No Piauí, como continuador da polícia, do seu antepassado Dr. Gabriel Luís Ferreira, primeiro Presidente republicano, eleito em 27 de maio de 1891, governou no período do Marechal, o Dr. Pires Ferreira, sob o comando do chefe Pinheiro Machado.

No Maranhão escapou da "vassoura" o Presidente Almirante Belfort Vieira, ex-Ministro da Marinha, graças ao seu merecimento ou, talvez, à habilidade do velho Senador Urbano dos Santos, correligionário de Pinheiro Machado e exímio "dribler" no jogo da política maranhense.

O certo é que naquele Estado que o Padre VIEIRA chamou de "mentira grande", onde até o sol mentia, não se registraram as cenas vandálicas desenroladas nas demais unidades do Norte e Nordeste.

No Pará, com a presença de Lauro Sodré na "cidade das mangueiras", o povo guajarino derribou a oligarquia Lemos, depredando o Palacete de Antônio Lemos – Intendente de Belém – e incendiando o edifício do jornal "Província do Pará". Com a vitória dos "Lauristas", em homenagem ao Presidente da República, deram a uma belíssima artéria urbana a denominação de Avenida Marechal Hermes da Fonseca.

A maior vítima, porém, dentre todas, foi o Amazonas, que teve a sua Capital, a linda "Cidade das Colinas" duas vezes bombardeada.

O primeiro bombardeio de Manaus ocorreu em 8 de outubro de 1910, para fazer valer o "IMPEACHMENT" votado pela ASSEMBLÉIA contra o Presidente Antônio Bittencourt, como castigo pelo seu rompimento com o oligarca Silvério Nery, e o segundo em 15 de julho de 1913, quando ocupava os palácios Rio Negro e Rio Branco o Presidente Jonatas Pedrosa, ocasião em que foram fuzilados vinte e um soldados da Força Pública do Estado.

Instalado no Palácio da Luz no Ceará, o Coronel Franco Rabelo quis vestir o seu governo com uma farpela nova, talhada pelo figurino do sistema presidencialista, em que o Governo é órgão ativo, malgrado a harmonia e independência que a Constituição Federal enfrenta aos poderes da União e dos Estados.

Dando ênfase ao problema de repressão do banditismo e punição dos crimes indulgenciados pela Oligarquia, inaugurou a sua gestão pensando transformar a Calabria em terra de Canaã, numa espécie de metamorfose de conto de fadas.

Acreditou que contaria com apoio do chefe da Nação, seu amigo e colega, para a obra de implantação da ordem e regeneração de uma sociedade formada por velhos clãs, por famílias poderosas, com raízes no cangaço e no fanatismo religioso.

Educado na escola do dever e da lealdade sem o aprendizado da ciência de Maquiavel, das tretas e armadilhas partidárias, não imaginou jamais no fracasso dos seus planos de renovação da máquina política e administrativa do Estado.

Por outro lado, achando que somente os elementos dos chefes do democrata de então – Drs. Paula Rodrigues e Moreira da Rocha

– tinham "pedigree", demitiu todos os intendentes aciolinos, inclusive o Padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro, substituindo-o pelo Cel. João Bezerra de Menezes, adversário ostensivo do sacerdote.

Em Crato, nomeou o Cel. Francisco José de Brito, que antes disso já havia tomado a intendência à mão armada do Prefeito Aciolino, Cel. Antônio Luís Alves Pequeno, de acordo com o que o povo passou a denominar de "Lei de Chico de Brito".

E, enquanto fortalecia nova corrente, entregando-lhe todas as posições, encorajava a ação da justiça e da polícia, fazendo processar e prender criminosos de alta linhagem, que a impunidade e a conivência haviam gerado nas entranhas da hidra oligárquica.

Substimando o poderio do Gen. José Gomes Pinheiro Machado, patrono da facção decaída, entendeu que a renovação dos quadros políticos, implantação da ordem e regeneração da justiça, seria uma reles questão de polícia.

Não estava, porém, longe a queda da efêmera República Rabelista e conseqüente restauração do "bacamarte".

Com a demissão do Pe. Cícero foi preparado o caldo de cultura do fermento revolucionário.

É que, como sempre, polarizava ele o fanatismo das massas sertanejas, material de primeira qualidade para uma arremetida em grande estilo.

No Cariri, havia desde 1908 um homem que a Bahia nos presenteara - médico Floro Bartolomeu da Costa, o Pancho Villa Baiano.

Egresso da cidade de Triunfo, de onde se afastou em virtude do fracasso profissional sofrido no combate à febre amarela, que então dizimava a população daquele rincão de Pernambuco, veio abrigar-se em Juazeiro, nova sede de suas atividades clínicas.

O agrimensor Conde Adolfo Van de Brule que o trouxera em sua companhia, contava que as famílias enlutadas, atribuindo, talvez injustamente, à sua imperícia, o alarmante obituário, verificado no período do terrível surto epidêmico, o ameaçavam de linchamento, determinando, assim, o seu afastamento da área pestilenciada.

A versão deve ser verdadeira, porquanto o novo hóspede apresentou-se em lastimável situação: sem dinheiro, barbado, ca-

beludo e com a roupa puída nos joelhos e nos cotovelos, sendo socorrido pelo padre que lhe mandou um barbeiro – o cidadão Pedro Coutinho – e lhe proveu de roupas novas, abrindo-lhe as portas do vale do Cariri ao seu ofício de esculápio.

Sem mulher e filhos, portador de coragem invulgar, inteligência, pronúncia do espírito de aventura e ausência de sensitividade, era o homem talhado para a chefia de uma luta armada.

Daí o posto de Comandante da revolução, que irrompeu em Juazeiro no dia 9 de dezembro de 1913, sob as bênçãos de Pe. Cícero, por deliberação de Pinheiro Machado e assentimento do Marechal Hermes da Fonseca.

Sem família, sem fortuna, sem prestígio político, Floro Bartolomeu alçou-se sobre o cimo do poderio do sacerdote, conseguindo apear do Governo o Presidente do Estado e, em seguida, galgar as mais altas posições.

Dominou por reflexo à semelhança do anão que trepado nos ombros do gigante consegue ver mais longe do que ele – *Pigmeu gigantum humeris imposit plus quem gigantes vident.*

Comandando batalhões de cangaceiros do Ceará e dos Estados vizinhos, bateu ele as forças, os contigentes de polícia do Estado que sitiaram Juazeiro, apoderando-se, depois da fraca resistência das cidades de Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim, nos dias 24, 25 e 26 de janeiro daquele ano de 1914, subjugando simultaneamente toda a Região do Cariri.

Os comandantes das forças rabelistas Cel. Alípio de Lima Barros e Major Ladislau Lourenço de Souza, depois de algumas escaramuças que pareciam mais exercícios de adestramento do que recontros de exércitos de inimigos, bateram em retirada, na mais covarde das capitulações.

Não foi, aquela sedição, evidentemente, um movimento gravitando em torno de princípios sadios, mas um levante sem moral ideológica.

A restauração da hegemonia do partido de Pinheiro Machado no Ceará, com a destruição do partido situacionista, terá sido o *leit motiv* da conflagração, em termos de rebeldia oficializada.

Tangidos à bala, os "rabelistas" que eram a maioria dos comerciantes, agricultores e criadores da Região, fugiram para os Estados vizinhos.

Os seus estabelecimentos comerciais, propriedades rurais, casas residenciais foram totalmente saqueados e destruídos.

Barbalha e Crato foram as principais vítimas do violento furacão, por isso que eram os maiores redutos de resistência à política dos insurrectos.

Meses a fio passaram os vencedores no serviço de pilhagem e transporte de tecidos, mercadorias, móveis e rebanhos das cidades e dos sítios, para os seus acampamentos, como presentes dos deuses.

Os irmãos Antônio de Sá Barreto Sampaio, José de Sá Barreto Sampaio e Sebastião Manuel de Sampaio, componentes da maior firma comercial do *interland* nordestino, perderam cerca de seiscentos milhões de cruzeiros em algarismo da moeda brasileira da época.

Arrasado o Cariri, o saque ganhou nova dimensão, estendendo-se às cidades que se alinhavam ao longo do caminho de Fortaleza.

Na embriaguez da vitória, as levas de cangaceiros, já agora tripulados pelo Dr. José de Borba Vasconcelos e Cel. Pedro Silvino de Alencar, subcomandante das operações no marche-marche triunfal, saqueando, matando e rezando.

O último baluarte rabelista ruiu, tragicamente, em Miguel Calmon, com a morte do bravo Capitão J. da Penha (José da Penha Alves de Sousa), alvejado pelo jagunço Zé Felipe, no dia 22 de fevereiro de 1914.

E foi tudo isso obra de um plano político de longa gestação, cuja execução foi traçada no Rio, sob a regência do Senador Pinheiro Machado, (bacharel e general honorário do Exército), chefe nacional do Partido Republicano Conservador e à sombra da autoridade do Marechal Hermes da Fonseca.

Com efeito, antes da borrasca, estiveram reunidos na Capital da República, no Morro da Graça, o General Pinheiro Machado, os doutores Floro Bartolomeu, Aurélio de Lavor, Gracho Cardoso,

José de Borba, Gustavo Barroso, Francisco Sá e outros, sob a Presidência do primeiro, discutindo sobre os detalhes estratégicos da deposição do Presidente Franco Rabelo, e, segundo consta, foi Gustavo Barroso, o mais moço e o único cearense presente àquele conclave, a voz que dissentiu da idéia funesta de conflagração do seu Estado.

Queria ele se processasse a intervenção de modo direto, pelo Presidente da República, com matizes de medida constitucional, escusados o sacrifício e a calamidade de uma revolução do seu Estado.

O pretexto, porém, de melhor enquadramento no inciso II, do art. 6º da velha Carta Política de 24 de fevereiro de 1891, seria o da "guerra civil", para a sonhada intervenção na terra de CLÓVIS BEVILÁQUA.

Naquelas eras, como disse Afrânio Peixoto, o sertão começava ao lado da Avenida Rio Branco, tomada a alegoria no sentido da identidade de nível mental dos políticos brasileiros, desde os próceres da República aos coronéis da roça.

Em judiciosa sentença, exarada nos autos da ação de indenização que propôs contra a União, J. F. Alves Teixeira, da Praça de Crato, dizia o Dr. Silvio Gentil de Lima, Juiz Federal de então: "Assim, estudando os fatos descritos e documentos existentes em ordem cronológica, verifica-se terem ido ao Rio nas vésperas da revolução o Dr. Floro Bartolomeu e outros políticos deste Estado a fim de conferenciarem com os próceres da política brasileira, entre os quais figurava o sr. Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Combinados os planos, regressaram aqueles e, dentro em pouco, começaram as deposições das autoridades no Cariri, seguindo-se um simulacro de Assembléia e do Governo".

Na tal farsa figurou como Presidente do Estado o Dr. Floro Bartolomeu que nomeou Secretário do Interior e Justiça um rapaz de nome Severino Pires de Brito. Foi o início da revolução.

Em outro considerando de sua sentença, acrescenta o intrépido magistrado: "Ao passo que os revolucionários chefiados pelo Padre Cícero, Floro, José de Borba, Pedro Silvino, Antônio Luís, auxiliados pelo octogenário João Brígido, prosseguiam no seu in-

tento, o Governo Federal, *conam popule*, os alentava e fortalecia com uma série de atos quais os das substituições de Inspetores da Região, franquia telegráfica aos chefes dos revoltosos, proibição da entrada de armas e munições da alfândega, desarmamento de contigentes da força policial do Estado e acúmulo de forças federais no Ceará".

Não era só isso. Além do que expõe a sentença, quando do mais acesso da refrega, fundeou nas "ondas azuis dos verdes mares", o Cruzador Barroso que, por certo, se necessário, voltaria a cidade Nossa Senhora da Assunção as suas bocas de fogo.

Em favor da sedição, fazia-se sentir a presença do Presidente da Paraíba – Dr. Castro Pinto – que se colocou ao lado do Pe. Cícero, em nome de sua solidariedade com a política do Marechal.

Sobre esse triste episódio de nossa vida republicana, disse em um folheto impresso nas oficinas do *Jornal do Comércio*, em trações indeléveis, o renomado advogado Dr. A. P. Vieira de Melo: "Juazeiro foi transformado em Praça de guerra, tendo sido preparada a resistência com armas fornecidas por intermédio do Presidente da Paraíba. Iniciada a masorca com inaudita selvageria, os adversários do Pe. Cícero tiveram de abandonar os seus lares e haveres, fechar as suas casas comerciais, interromper todos os seus negócios e, num movimento de desespero, fugir com as suas famílias das hordas de vândalos".

Castro Pinto pagou o mal que fez ao Ceará. Nenhum político encerrou a sua carreira em situação moral mais compungente. Debaixo de uma tempestade de ataques da imprensa paraibana, caricaturado, espinafrado em prosa e verso, numa verdadeira "batalha de lama", não resistiu à campanha. "Renunciou o governo e foi passear a sua tristeza nas ruas do Rio de Janeiro".

Quem leu o romance *D. Ribas*, figuração ridiculizante de sua personalidade, romance de sensação e que funcionou nos rodapés dos jornais daquela época, "brotado da pena de um dos mais brilhantes jornalistas provincianos", sente que tinha ele razão para fugir da Paraíba, a despeito da cobertura que lhe deram os Senadores Epitácio Pessoa e Venâncio Neiva.

Na mesma época em que Castro Pinto perdia o mandato, Pinheiro Machado perdia a vida, assassinado estupidamente pelo seu tresloucado conterrâneo Manso de Paiva Coimbra, na Praça José de Alencar, no Hotel dos Estrangeiros, em 8 de setembro de 1915.

O comportamento e interesse do Pe. Cícero no movimento armado de 1914, desmentem os que lhe negam a qualidade de chefe da intentona e a sua responsabilidade pelos seus resultados.

Por outro lado, não sofria ele de doença mental que lhe roubasse a capacidade de autogoverno, condicionada a causas biológicas. Possuía, ao contrário, pleno poder de compreensão e entendimento dos seus atos, livre determinação da própria vontade, sem o que não teria exercido a atividade e influência que exerceu no cenário da vida social e política do Nordeste.

Bancando o "flateur", diz o escritor paraibano Pe. Manoel Otaviano, que era o Padre Cícero "homem de grande cultura, profundo em história da civilização e em geografia, conhecedor como ninguém da genealogia dos grandes homens, da vida dos grandes doutores da Igreja e do tempo de sua atuação. Portador de memória admirável, latinista, invejável expositor de fatos, sabia envolver a todos com a sua palavra fácil e elegante.

Não podendo concordar, em gênero, número e grau, com semelhante perfil, traçado pelo autor de *Os Mártires de Pianco*, não endossamos, por outro lado, o que sobre ele disse, na mesma época, outro paraibano de grande talento – o transviado Lourenço Moreira Lima, Secretário da célebre "Coluna Prestes", no seu livro *Marchas e combates, in verbis*: "Sacerdote rústico e mais ou menos analfabeto, cheio de superstições grosseiras, o Pe. Cícero acreditou nos milagres de Maria de Araújo. Suspenso de ordens, rompeu com o clero, passando a homisiar, com o beneplácito dos governos, tudo quanto é criminoso do Nordeste".

Evidentemente, não teve ele o esmero intelectual, os conhecimentos de história e geografia, a cultura, as virtudes de "causer" que lhe emprestou o Pe. Otaviano, porém não foi, jamais, o analfabeto o "illetré" apontado por este outro intelectual da terra de Epitácio.

Possuía boa memória, intuição, argúcia, os conhecimentos hauridos no Seminário para a vida eclesiástica e atributos outros próprios do seu nível cultural.

Nenhuma significação tem, segundo nos parece, para aferição de suas qualidades, a idolatria das massas, porque estas se deixam fetichisar por beatos como os de Canudos, Caldeirão e Contestado.

Conhecemos o Pe. Cícero durante muitos anos, vendo, inclusive de muito perto as retas e curvas do seu caminho, como religioso e como político, tendo juízo formado a seu respeito, sem necessidade da leitura de trabalhos biográficos, de sociologia, psicologia e história de autores da envergadura do Padre Antônio Gomes, Lourenço Filho, Fernandes Távora, Edmar Morel, Pe. Dr. J. C. de Macedo, Pe. Joaquim Peixoto, Capitão Otaviano, Gomes de Matos, Godofredo de Castro, Amália Xavier e, por último, D. José de Medeiros Delgado, do lado oposto.

Este ilustre Prelado em seu *Juazeiro, Padre Cícero e Canindé*, diz que "sem querer absolver o Padre Cícero... afirma, sem medo, que maiores do que seus defeitos foram as suas virtudes, máxime as que foram crescendo com o passar do tempo, no último quarto de século de sua existência". (p. 6)

Fugindo à temática deste despretensioso memorial, o estudo de Pe. Cícero "discutindo homem de Deus, cujo nome enche o Nordeste e vive no coração de milhões de brasileiros", segundo o pensamento de D. José, forramo-nos de tamanha tarefa, tanto mais quanto é certo que para realizá-la, faltar-nos-ia a necessária familiaridade com a filosofia e a teologia da história exigidas por S. Exa. que, data vênia, também não as possui.

Entendemos, porém, em que pesem os critérios de postergação da indagação e da análise preconizados pelos métodos de crítica abstrata daquele eminente Prelado, que não seria possível o "retrato moral do homem sem a vistoria dos seus atos, dos acontecimentos em que funcionou como expoente, como figura dorsal, com astro de primeira grandeza.

Pois bem, pouco antes da revolução contra Franco Rabelo, no Ceará, eclodiu na Paraíba, em abril de 1912, idêntico movimento contra o Governo João Machado, chefiado pelos doutores Augusto de SANTANA CRUZ Oliveira e Franklin Dantas. E, já quando haviam atacado Taperoá, Teixeira, Patos e outras localidades, deu-se a interferência do Pe. Cícero que, com um simples aceno, desarmou os rebeldes, em termos da mais filial obediência.

Por que estão nesta dualidade de atitudes do sacerdote, ao mesmo tempo apagando o fogo no Estado vizinho e acendendo a fogueira no seu próprio Estado?

Por que decretava a paz na Paraíba e a guerra no Ceará?

Respondam os sábios da Escritura...

Se a obsessão do ideal sacerdotal e a sede de salvar a população sertaneja, tivessem sido, de fato, a constante psicológica da alma do Pe. Cícero, (*Juazeiro* ... p. 8), não teria ele se conduzido com o mesmo espírito cristão de pacificidade nas duas fontes de batalha, perdoando ao Governo do Ceará o ato político de sua demissão do cargo de Prefeito?

O seu afastamento de uma função de natureza partidária, não justificaria a conflagração do Estado, sem qualquer vislumbre de interesse público.

Godofredo de Castro, cicerista dos mais exaltados, disse, em defesa do seu ídolo, da tribuna da Assembléia, no mais insuspeito dos depoimentos:

"Aquela revolução nasceu de um erro político que teve por origem a demissão do Pe. Cícero do cargo de Prefeito. Este ato do Cel. Franco Rabelo veio conturbar a situação política do Estado, sobretudo porque já a este o partido situcionista estava rompido com o P. R. C. do General Pinheiro Machado. (*Juazeiro na Assembléia*, p. 22).

Posto se tenha dito que o Pe. Cícero e Juazeiro "são uma unidade *sul generis* que não se pode separar, entendemos que o povo daquela cidade, composto na sua maioria de gente boa, nenhuma responsabilidade tem pela revolução que foi preparada na sombra e desencadeada de surpresa com material humano de diversos Estados do Nordeste.

Esta é que é a verdade, dita imparcialmente, sem o ódio humano ou satânico e sem o amor anêmico ou profundo de que fala D. Delgado (*Juazeiro*, p. 10), verdade eqüidistante dos pólos do fanatismo e do ódio.

Nem a agressividade figadal do Pe. J. de A. Peixoto, nem o amor congênito do Pe. Azarias Sobreira.

In Medio est veritas

Impotente para julgar a masorca, o Cel. Franco Rabelo, em longos e minuciosos telegramas, cuja extensão nos impede de transcrevê-los, impetrava, nos dias 25 e 26 de janeiro de 1914, a ajuda do Governo Federal, pedidos que eram secundados pelas Associações de Classe do Estado e, ainda pelo Presidente de Pernambuco, o ínclito General Dantas Barreto.

A essas petições o Marechal Hermes, por intermédio do Ministro da Justiça Dr. Herculano de Freitas, em respostas publicadas no D. O. da União de 27 daquele mês e ano, negava o auxílio reclamado e acentuava que os casos do Paraná e de Santa Catarina, a que prestou ajuda, eram diferentes do caso do Ceará "onde uma Assembléia se reunia e seu Presidente se declarava empossado do cargo de chefe do Executivo Estadual".

O simples fato de haver o Presidente da Assembléia simulado a sua própria assunção à Presidência do Estado, na longínqua cidade de Juazeiro, essa farsa bastou para fundamentar a recusa de S. Exa. ao requerimento dos governos do Ceará e de Pernambuco.

Na resposta à Associação Comercial de Fortaleza, diz, ainda o Marechal, entre outras heresias. "Em tal emergência enviar CONTRA OS CEARENSES EM ARMAS (o destaque é nosso), tropas federais com a missão de sustentar pela força uma autoridade que só a fará impor-se pareceria um ato impróprio das normas liberais e democráticas".

Hordas de cangaceiros, compostas de Alagoanos, Riograndenses do Norte, em ação contra o governo e o povo cearense, eram batizados naquele documento com o título pomposo de "os cearenses em armas...".

Não convence, outrossim, o argumento bizantino de que a ajuda federal para manter pela força a autoridade do Presidente do Ceará, seria contrária aos postulados da democracia, porquanto, nunca existiu governo algum no Planeta sem o adminículo das forças armadas.

Esqueceu o Marechal os casos do Paraná e de Santa Catarina e os bombardeios da Bahia e de Manaus.

Em outro tópico de uma de suas respostas, enfatizava o Chefe da Nação, com indisfarçável antipatia pelo seu colega, que as garantias constitucionais tinham sido violadas pela coação terrorista do governo cearense até na Capital do Estado.

Prendiam, os insurrectos, os destacamentos policiais, depunham as autoridades, instalavam, em Juazeiro, um governo caricato, antes de qualquer mobilização de forças por parte do Cel. Rabelo e era este o violador das garantias constitucionais.

Que garantias, dizia o Presidente da República em resposta ao Presidente de Pernambuco, poderiam esperar os contrários, vencidos pela força federal posta a serviço de um governo assim arvorado em autoridade sem contraste?

Sem forças o Estado para barrar o avanço dos sediciosos sobre Fortaleza foi decretada a preconcebida intervenção federal no dia 14 de março daquele fatídico ano de 1914, destituído o Cel. Franco Rabelo e nomeado Interventor o Cel. Fernando Setembrino de Carvalho.

Este, encampando os ódios e interesses dos vencedores, completou o massacre dos vencidos, do povo cearense, que em sua maioria absoluta formava ao lado de Franco Rabelo naquele episódio sombrio da história política do Ceará.

Além da demissão em massa de funcionários rabelistas, sem estabilidade e nomeação de revolucionários, organizou com os cangaceiros da masorca, inclusive sentenciados retirados das prisões, um batalhão de polícia, nomeado os subchefes Pedro Silvino e outros comandantes e oficiais da nova milícia.

E, ainda depois da intervenção, continuaram no Cariri os saques, as depredações, o terrorismo, sob o olhar indiferente da Interventoria Federal e do Pe. Cícero Romão Batista.

Era o que se pode chamar a apoteose do banditismo.

As vítimas dos saques Sampaio & Irmãos, de Barbalha, Teixeira & Cia., de Crato, e inúmeras outras firmas comerciais, por intermédio da Associação Comercial e comissões do alto comércio de Fortaleza, reclamaram do Interventor a devolução, pelo menos em parte, de suas mercadorias, tendo o cidadão Augusto Jucá se oferecido para indicar os depósitos em que elas se achavam com as respectivas marcas, resultando inúteis as suas imprecações.

Ações de indenização foram propostas contra a União pelas vítimas do saque total de seus haveres, pagando o erário, e, como tal, o povo, os pecados mortais da política do Governo Federal daquele tempo.

Infelizmente as acanhadas balizas do presente trabalho não comportam a transcrição daquela peça histórica que é o depoimento do Cel. Franco Rabelo prestado na 2ª Vara Civil da Capital da República, como testemunha nas ações movidas contra a União e em que o ex-Presidente fala sobre o drama de sua deposição.

Não teve o Marechal Hermes iniciativa de desembaraçar-se da influência de Pinheiro Machado, como fizera o seu sucessor o inolvidável mineiro Dr. Venceslau Braz e como vinte anos depois, fez no México, o maior dos mexicanos General Lázaro Cardenas – que se desvinculando da tutela do Gen. Plutarco Cales, chefe supremo da política nacional, realizou a mais progressiva e proveitosa das administrações.